

CAPÍTULO III

Capital Mercantil e Acumulação Primitiva

O Brasil sempre foi um país capitalista. As teorias que pretendem ver no Brasil colonial e no período imperial a predominância do modo de produção feudal ou então do modo de produção escravista são absolutamente insustentáveis. Desde o início da colonização o Brasil foi tratado como uma empresa comercial. Caio Prado Jr. deixou muito claro este fato nos primeiros capítulos de sua *História Econômica do Brasil*.

Sem dúvida podemos encontrar traços de modos de produção pré-capitalista no Brasil. Portugal foi a primeira nação européia a realizar uma espécie de revolução burguesa, mas jamais a completou. Durante todo o período colonial brasileiro Portugal conservou fortes traços do seu passado feudal. É natural, portanto, que o latifúndio brasileiro também conservasse internamente certas características do feudo: auto-suficiência, poder absoluto do senhor, sistema de agregados, prevalência de uma ideologia aristocrática. Mas o caráter fundamental do latifúndio é capitalista. O objetivo é o lucro através da colocação do açúcar no mercado internacional. A forma de realizá-lo é a chamada “acumulação primitiva”, que Marx descreveu tão bem no capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*. O trabalho escravo, que levou alguns a ver escravismo no Brasil, não passou de uma forma por excelência através da qual a burguesia mercantil se apropriou do excedente nos quadros do processo de acumulação primitiva, porque “acumulação primitiva” não é outra coisa senão todas as formas mais ou menos violentas que a burguesia utilizou inicialmente para extrair e acumular excedente, inclusive a especulação mercantil. Só depois de realizar a acumulação primitiva e já de posse de um capital inicial foi possível à burguesia extrair excedente através do mecanismo da

mais-valia que pressupõe, além de capital, trabalho assalariado e troca de equivalentes.

O Brasil foi, portanto, sempre e predominantemente capitalista, mas há duas formas de capitalismo histórica e conceitualmente distintas: há o capitalismo mercantil ou especulativo e o capitalismo industrial ou capitalismo propriamente dito.

Os países que se desenvolveram foram aqueles que ultrapassaram a fase de predomínio do capital mercantil mais cedo. No Brasil, o capital mercantil, controlado através de uma associação da oligarquia agrário-mercantil local, primeiro com o colonialismo português e depois com o imperialismo britânico, prevaleceu de forma decisiva até pelo menos 1930. Por isso o Brasil permaneceu subdesenvolvido. O subdesenvolvimento brasileiro está indissolúvelmente ligado à predominância do capital mercantil na economia brasileira durante um longo período em que outros países, a começar pela Inglaterra em torno de 1760 e depois a França e os Estados Unidos, no início do século XIX, passavam para o domínio do capital industrial.

O capitalismo mercantil é uma formação social historicamente situada, na qual a apropriação do excedente é realizada pela burguesia através de formas violentas ou especulativas, e não através do mecanismo da mais-valia, que é próprio do capitalismo industrial. O capital mercantil é a forma original que assume o capitalismo. Seu mecanismo mais típico de apropriação do excedente é o comércio especulativo de longa distância. À medida que os mercadores eram capazes de comprar em um lugar e vender suas mercadorias muito longe dali, eles logravam um monopólio sobre aquelas mercadorias que lhes permitia vendê-las por um preço muito mais alto do que seu valor-trabalho.

O valor de uma mercadoria, conforme descobriram os economistas políticos clássicos, é correspondente à quantidade média de trabalho nela incorporado. O preço em moeda de uma mercadoria deve ser em princípio correspondente ao seu valor, com a correção necessária para a equalização da taxa de lucro.

No capitalismo mercantil, entretanto, o preço descola-se inteiramente do valor, e é através dessa diferença que o mercador se apropria privadamente do excedente, ou seja, do produto que excede o consumo necessário à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores.

Nos modos pré-capitalistas de produção as aristocracias dominantes apropriavam-se do excedente econômico sob diversas formas. No modo asiático de produção, que caracterizou todas as grandes civilizações hidráulicas da Antiguidade (Egito, China, Índia, Mesopotâmia), tínhamos os tributos e secundariamente o trabalho escravo. No escravismo grego e romano, o trabalho escravo. No feudalismo, a corvéia (obrigação de tra-

balhar alguns dias por semana gratuitamente para o senhor) era a forma mais típica de apropriação do excedente. Mas em todas elas o traço comum será a violência ou a ameaça aberta de violência como forma de obrigar os trabalhadores a ceder o excedente produzido.

No capitalismo mercantil a burguesia apropria-se do excedente através dessa forma disfarçada de violência que é a especulação, o lucro mercantil, a venda por um preço descolado do valor. Mas a burguesia, no seu processo de acumulação primitiva, também usa de métodos diretamente violentos, como a expropriação das terras dos camponeses, a pirataria, a tributação, a inflação e o estabelecimento de monopólios oficiais.

O capital mercantil em princípio não interfere na produção. Esta continua pré-capitalista. Mas nas colônias, quando não há uma produção pré-capitalista organizada, não há outra alternativa senão organizar diretamente a produção. É nesse momento que surge o escravismo mercantil, que obviamente nada tem que ver com o escravismo da Antiguidade clássica.

Ao procurar organizar a produção através do trabalho escravo, entretanto, o capital mercantil conserva os vícios originados da apropriação especulativa do excedente. Seu lucro deve derivar da superexploração dos escravos e da diferença estrutural entre valor e preço que as largas distâncias do comércio internacional permitem. Não faz parte do cálculo econômico do capitalista mercantil que o aumento sistemático da produtividade e a permanente incorporação do progresso técnico ao processo de produção possam e devam ser o caminho mais adequado para a extração do excedente econômico. Isto só será percebido mais tarde pelos capitalistas industriais.

Em consequência, o Brasil continua, até o início deste século, produzindo em termos absolutamente tradicionais. Não houve, por exemplo, nenhum progresso técnico significativo na agricultura do café entre 1830 e 1930. O Brasil "desenvolvia-se", aumentava sua produção por habitante à medida que se especializava na produção de um bem mais rentável, o café, não à medida que aumentava a produtividade.

O capital mercantil, o mecanismo de acumulação primitiva e o modelo primário-exportador que nos reduzia a meros exportadores de produtos primários, estão assim indissolivelmente ligados. E constituem a causa fundamental do nosso subdesenvolvimento. O capital mercantil proporcionou à economia dois auges no período colonial, mas foram momentos efêmeros, já que não estavam baseados em ganhos de produtividade. Em 1650 tivemos o auge da cana-de-açúcar, em 1750, o auge do ouro. Em seguida, a retração secular. Entre 1750 e 1850 a economia brasileira não está apenas estacionada. Ela regride. Só a partir dessa época o café proporciona uma espécie de "desenvolvimento", mas muito

parcial, que, conforme demonstrou Celso Furtado, moderniza os padrões de consumo da elite dominante, mas não promove o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a incorporação de progresso técnico. De 1850 até 1930 a renda por habitante cresce, à medida que o país se especializa na produção de café, mas o capital mercantil continua dominante, o capital industrial pouco se desenvolve. O atraso do Brasil em relação aos países industrializados não se reduz, mas se aprofunda. A população continua crescendo sem que a produtividade dos trabalhadores aumente. Define-se o subdesenvolvimento brasileiro.